

# Para uma paleografia linguística: aspectos históricos, práticos e normativos

Towards a linguistic paleography: historical, practical  
and normative aspects

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7i3.46158>

*Rolf Kemmler*

Professor auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), é também investigador integrado do Centro de Estudos em Letras (CEL/UTAD, Vila Real, Portugal)\* e Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. É doutorado em Linguística Portuguesa pela Universidade de Bremen (Alemanha) e em Linguística Aplicada pela Universidade de Vigo (Galiza, Espanha). Atualmente concentra a sua investigação em manuais históricos do alemão como língua estrangeira, especialmente em Portugal e Espanha, bem como sobre ortografias e gramáticas históricas portuguesas e latino-portuguesas.

E-mail: [kemmler@utad.pt](mailto:kemmler@utad.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4389-6551>

---

\* O CEL é uma unidade de I&D financiada pela *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT) UIDB/00707/2020.

*Susana Fontes*

Professora auxiliar em Linguística Portuguesa no Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e membro integrado do Centro de Estudos em Letras, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Doutorada em Linguística Portuguesa, mestre em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas e licenciada em Português-Inglês. As suas principais áreas de interesse são: historiografia linguística, história da língua, o papel das mulheres na gramaticografia portuguesa e o ensino da língua portuguesa.

E-mail: [sfontes@utad.pt](mailto:sfontes@utad.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4414-9248>

*Sónia Coelho*

Professora auxiliar em Linguística Portuguesa no Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e membro integrado do Centro de Estudos em Letras, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Doutorada em Historiografia Linguística, mestre em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas e licenciada em Português, Latim e Grego. As suas principais áreas de interesse são: historiografia linguística, história da língua, o papel das mulheres na gramaticografia portuguesa, o ensino da língua portuguesa e áreas críticas da língua portuguesa.

E-mail: [ccoelho@utad.pt](mailto:ccoelho@utad.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8611-5209>

## RESUMO

O presente artigo visa estabelecer uma ligação entre a atual subdisciplina da história, a paleografia, e as duas disciplinas linguísticas de cariz diacrónico, a linguística histórica e a historiografia linguística. Para tal, faz-se uma incursão às origens da paleografia, de modo a contextualizar o surgimento das normas coimbrãs do investigador português Avelino Jesus da Costa, que servirão como base da nossa proposta de uma transcrição linguístico-paleográfica, exemplificada a partir de uma página do texto manuscrito da *Arte da Lingua de Cafre* (ca. 1680) e da *Grammatica da lingoagem Portuguesa* (1536) de Fernão de Oliveira.

**Palavras-chave:** Paleografia linguística. Historiografia linguística. Linguística histórica. Textos manuscritos e impressos.

## ABSTRACT

The present paper aims at establishing a connection between the current subdiscipline of history, paleography, and the two diachronic linguistic disciplines, historical linguistics and linguistic historiography. To this end, an incursion into the origins of paleography is made in order to contextualize the emergence of the Coimbra *Normas* of the Portuguese researcher Avelino Jesus da Costa, which will serve as the basis of our proposal for a linguistic-paleographical transcription, exemplified by a page from the manuscript text of the *Arte da Lingua de Cafre* (ca. 1680) and Fernão de Oliveira's (1536) *Grammatica da lingoagem Portuguesa*.

**Keywords:** Linguistic paleography. Historiography of Linguistics. Historical Linguistics. Manuscripts and printed texts.

## Introdução

Ao longo das últimas décadas têm vindo à luz algumas publicações pertencentes às disciplinas linguísticas diacrónicas de língua portuguesa (nomeadamente a linguística histórica e a historiografia linguística), em que a publicação de textos antigos manuscritos e impressos originou dúvidas sobre a capacidade de leitura e de transcrição por parte dos respetivos autores.

Na convicção de que o problema, pelo menos de forma parcial, possa residir na falta de formação paleográfica dos linguistas que pretendem dedicar-se à edição de textos antigos, a solução óbvia é estimular a difusão de conhecimentos paleográficos (teóricos e práticos) entre os investigadores destas disciplinas, acompanhada por uma cada vez maior colaboração dos colegas especialistas em casos de dúvida.

Assim, perante a preocupação da multiplicidade das normas de transcrição que se encontram aplicadas e publicadas nas obras pertencentes às duas disciplinas linguísticas diacrónicas, julgamos ser indispensável uma solução que possa levar a uma maior uniformização dos textos editados.

No presente artigo, com o intuito de contribuir para uma discussão sobre os aspetos relacionados com a paleografia linguística, pretendemos fazer uma pequena introdução às origens da paleografia – sem pretensão de exaustividade – para depois nos ocuparmos de aspetos teóricos e práticos relacionados com a transcrição de textos antigos. Com base nestas considerações, iremos apresentar várias edições de um texto manuscrito do século XVII e de outro texto impresso do século XVI, para seguidamente oferecer uma breve discussão das conclusões retiradas destas leituras diferentes.

### 1. A paleografia de Jean Mabillon a João Pedro Ribeiro

Entre os investigadores da área, é consensual que os estudos de paleografia e diplomática tiveram a sua origem com a publicação da obra *De re diplomatica libri VI* (1681, 21709)<sup>1</sup> do beneditino maurista Jean Mabillon (1632-1707).<sup>2</sup> Como informa o título da obra, esta concentra-se na verificação

---

<sup>1</sup> O paratexto “FR. THEODERICI RUINART IN HANC EDITIONEM PREFATIO” [prefácio de Thierry Ruinart a esta edição] em Mabillon (1709, p. IX) torna evidente que a segunda edição desta obra foi publicada postumamente pelo aluno e colega Thierry (lat. Theodericus) Ruinart (1657-1709). Para mais informações sobre a vida de Ruinart, veja-se Labouderie (1843).

<sup>2</sup> Com raiz beneditina, a congregação de São Mauro foi fundada em França, em 1621. Em 1653, Mabillon ingressou na ordem na abadia maurista de Saint-Rémi de Reims (hoje catedral Notre-Dame de Reims), onde fez os votos em 1654, passando a viver na abadia parisiense da mesma congregação em Saint-Germain-des-Prés, desde 1664. Para mais informações sobre a vida e obras de Mabillon, cf. Weiss; Anonyme (1843).

da autenticidade de documentos manuscritos antigos, que toma em consideração todos os aspetos que têm a ver com o documento em questão. Apesar de este não ser o aspeto principal da obra de Mabillon, o problema da leitura dos textos manuscritos não podia deixar de ser relacionado com a análise diplomática de textos passados. Como acertadamente afirma Foerster (1963, p. 8-9), o próprio termo 'paleografia'<sup>3</sup> surgiu somente em 1708, no título *Palæographia græca, sive de ortu et progressu literarum græcarum* de Bernard de Montfaucon (1655-1741), maurista e confrade de Mabillon.<sup>4</sup>

A questão da originalidade dos documentos manuscritos conservados nos arquivos públicos e particulares, que motivou os estudos de Mabillon, foi uma preocupação constante da diplomática ao longo dos séculos, não podendo, na verdade, existir sem conhecimentos teórico-práticos na área da paleografia.

As discussões francesas em matéria diplomática tiveram um reflexo tardio em Portugal com a publicação, em Lisboa, da obra anónima *Méthode de diplomatique ou règles générales et particulières pour discerner les vrais, et faux titres* (Tassin / Toustain 1773). Esta obra de 455 páginas corresponde ao capítulo intitulado “*MÉTHODE DE DIPLOMATIQUE, Ou Règles générales & particulières, pour discerner les vrais & faux titres*”, tratando-se da reimpressão, em língua francesa, da 'huitième partie' do sexto volume do *Nouveau traité de diplomatique*, uma obra igualmente anónima atribuída a 'DEUX RELIGIEUX BENEDICTINS de la Congrégation de S. Maur',<sup>5</sup> sendo da autoria dos beneditinos mauristas René Prosper Tassin (1697-1777) e Charles François Toustain (1700-1754).<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> Sem definir a nova 'disciplina' de forma explícita ao longo do texto, Montfaucon (1708, p. [XI]) fornece a seguinte breve definição de paleografia na dedicatória a Louis de Bourbon, delfim de Viennois (1661-1711): “[...] hanc Palæographiam, sive antiquæ Scripturæ recensionem [...]”, isto é, [esta paleografia, isto é, a edição da escrita antiga] – (observação: todas as traduções em parênteses retos são da responsabilidade dos autores deste artigo). Ao fazer referência à natureza inovadora da obra de Montfaucon, Cruz (1966, p. 176) constata o seguinte: “iniciava-se, por este modo, o movimento que devia conduzir à autonomia da Paleografia como ciência, desintegrando-a, tal e qual como veio a acontecer depois e relativamente a outras ciências, dos domínios da Diplomática”.

<sup>4</sup> Com efeito, o termo 'palæographia' encontra-se apenas mencionado uma única vez ao longo de toda a obra de Mabillon, nomeadamente quando Ruinart (*apud* Mabillon 1709, p. [XIII]), como prefaciador e editor da segunda edição, faz referência aos labores de Montfaucon: “Ommitto Palæographiam Græcam, quam Mabillonii exemplo excitatus se edidisse profitetur noster Bernardus de Montfaucon” [deixo de lado a paleografia grega, que o nosso Bernard de Montfaucon, criado pelo exemplo de Mabillon, professa ter publicado].

<sup>5</sup> O conjunto completo foi publicado em Paris, de 1750 até 1760.

<sup>6</sup> O texto original da referida 'huitième partie' ocupa 218 páginas em Tassin; Toustain (1765, p. 282-500). Apesar de informar que a edição teria sido feita “[...] por iniciativa do erudito Frei Manuel do Cenáculo [...]”, Cruz (1966, p. 197) não faz nenhuma referência à extensão do texto original impresso em Paris e em Lisboa, nem menciona a fonte da sua referência a Cenáculo.

Não deixa de ser curioso que tanto na obra dos dois mauristas como no índice intitulado “*TABLE GÉNÉRALE DES MATIÈRES CONTENUES DANS LES SIX VOLUMES DU NOUVEAU TRAITÉ DE DIPLOMATIQUE*” de Tassin; Toustain (1765, p. 501-720) não haja qualquer referência explícita ao termo 'paleografia'. O mesmo se observa, aliás, na obra de Vaines (1774).

Para além desta publicação e de outras iniciativas particulares de menor relevo,<sup>7</sup> merece destaque a nomeação,<sup>8</sup> em 1796, do erudito português João Pedro Ribeiro (1758-1839), como primeiro professor da aula de diplomática na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra,<sup>9</sup> na qual se doutorou em 1781.<sup>10</sup> Em resultado das suas investigações nos arquivos portugueses, Ribeiro publicou, em 1798, o primeiro e único volume da sua obra *Observações Historicas e Criticas para servirem de Memorias ao Systema da Diplomatica Portugueza* que, apesar de incompleto, serve como uma das obras-chave para a história da paleografia e diplomática portuguesas,<sup>11</sup> sendo seguida pelos cinco volumes das *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal* (Lisboa, 1810-1836).

Desde esta altura, a paleografia teve uma longa evolução, que a levou da 'simples' leitura de textos em forma de escrita antiga até se constituir como uma das três principais disciplinas auxiliares da história, isto é, a ciência da veracidade dos atos escritos (diplomática e sigilografia), a ciência da evolução da escrita (paleografia)<sup>12</sup> e ainda a ciência das divisões do tempo e dos acontecimentos (cronologia).

No atinente ao estatuto da paleografia, já no século XIX, o paleógrafo francês Alphonse Chassant (1808-1907) considera-a como 'ciência das escritas antigas' na sua *Paléographie des chartes et des manuscrits du XI<sup>e</sup> au XVII<sup>e</sup> siècle* (<sup>1</sup>1839; <sup>6</sup>1867):

LA paléographie est la science des anciennes écritures: c'est par elle qu'on parvient à déchiffrer [sic!] tous les monuments écrits qui nous sont restés de l'antiquité et du moyen âge. Tels sont, pour cette dernière époque, à laquelle nous nous bornons en partie, les inscriptions, les monnaies et les médailles, les sceaux, les manuscrits, les diplômes, les chartes et tous titres sur parchemin (CHASSANT, 1867, p. 5-6).

---

<sup>7</sup> Para informações sobre alguns trabalhos diplomáticos em Portugal de que se conservam sobretudo vestígios manuscritos, cf. Cruz (1966, p. 197-207).

<sup>8</sup> Segundo a informação de Cruz (1966, p. 208), já tinha havido outra tentativa de implementar o ensino da diplomática na Universidade de Coimbra anteriormente à nomeação de Ribeiro: “E nesse mesmo ano de 1775, criando a referida cadeira, a carta régia de 9 de Agosto provia nela José Pereira da Silva, atendendo às letras, qualidades e merecimentos que nele concorriam.

Malogrou-se, todavia, esta feliz iniciativa, devido à morte do mestre nomeado”.

<sup>9</sup> Veja-se Cruz (1966, p. 208). A Faculdade de Cânones dedicava-se ao ensino do direito canónico.

<sup>10</sup> Sobre a vida e obra do autor, leia-se Silva (1860, IV, p. 8; 1883, X, p. 327). O bibliógrafo informa ainda que a aula de diplomática foi transferida para Lisboa através do alvará do príncipe regente de 21 de fevereiro de 1801. Com efeito, o *Alvará* (1801, p. 668) estabeleceu a obrigatoriedade da frequência das aulas de diplomática para todos os profissionais da escrita, quer fossem candidatos a lugares no tabelionato ou nos arquivos, sendo facultativa a frequência por religiosos de mosteiros com cartórios de manuscritos antigos.

<sup>11</sup> É inegável que o enfoque de Ribeiro se concentrava na diplomática no sentido da arte da verificação de documentos de tempos passados, havendo, porém, poucas referências breves ao termo 'paleografia', como em Ribeiro (1798, p. 15, 40, 80, 85).

<sup>12</sup> No sentido de grego παλαιος (antigo) e γραφειν (escrever), em formação obviamente análoga como ορθος (certo) e γραφειν (escrever), de que originou a palavra ortografia.

Não se limitando ao período medieval como faz o autor anterior, Hyacinthe Renaud (fl. 1860–1887) parece aproveitar a definição essencial da paleografia, divergindo, porém, na constatação de que esta, como ciência, não serve somente para decifrar, mas também para explicar os textos antigos, usando todo o leque de conhecimentos que se possam mostrar úteis para o fim:

On désigne sous le nom de Paléographie la science des anciennes écritures. Elle comprend non-seulement le déchiffrement, mais encore l'explication des textes, et pour cela elle exige des connaissances nombreuses et spéciales dont notre méthode, qui a pour objet principal la lecture des manuscrits français, se trouve affranchie (RENAUD, 1860, p. 3).

Ainda que a paleografia já tenha sido considerada como uma 'disciplina', por exemplo por Foerster (1963, p. 8), deve constatar-se que, mesmo num período em que se reconhece uma maior independência disciplinar, o seu estatuto continua a ser polivalente, pois pode ser encarada como 'disciplina' académica independente (ou mesmo em conjunto com a diplomática),<sup>13</sup> como 'disciplina auxiliar' da história, como 'ciência' que se dedica a todos os aspetos relacionados com escritas antigas, ou até como 'simples' técnica de leitura de textos manuscritos antigos. Uma vez que uma discussão sobre o atual estatuto da paleografia nas universidades portuguesas não seria relevante para o presente artigo, limitar-nos-emos, no seguinte, a esta última vertente.

## 2. Avelino de Jesus da Costa e as *Normas* da escola coimbrã

No ano de 1977, o cônego da Sé de Braga e Professor da cadeira de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras de Coimbra, Avelino de Jesus da Costa (1908–2000),<sup>14</sup> publicou o artigo intitulado “Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos” nas atas do *V Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas portugueses*, fazendo divulgação do mesmo artigo em forma de uma separata de 44 páginas, publicada em Braga no mesmo ano (COSTA, 1977). Nas observações iniciais ao seu opúsculo, o autor faz a seguinte constatação sobre a falta de normas uniformes para a edição de textos manuscritos:

---

<sup>13</sup> Note-se que, no ensino universitário em Portugal, a paleografia e a diplomática costumam ser ensinadas no âmbito da mesma unidade curricular, por vezes como opcional, anexa aos estudos na área da história.

<sup>14</sup> Para mais informações sobre a vida e as obras do autor, vejam-se os artigos reunidos em Coelho; Santos; Gomes; Morujão (2001).

Em Portugal nota-se, talvez mais do que na maior parte dos outros países europeus, uma grande divergência dos critérios usados na transcrição e publicação de documentos e textos medievais, e isto tanto da parte de particulares como até das instituições científicas

Apesar de a Academia Portuguesa da História ter já tentado elaborar umas normas, tomando por base as “*Normas de transcripción y edición de textos y documentos*” da Escuela de Estudios Medievales, essas normas não chegaram a ser oficialmente aprovadas nem vieram a público.

Na falta delas, têm-se verificado entre nós sistemas diferentes de transcrição e de publicação dos documentos e textos medievais e modernos:

a) O primeiro pretende reproduzir os textos com todas as abreviaturas e particularidades, numa tentativa de fidelidade absoluta, à semelhança de uma edição diplomática, o que, além de praticamente impossível, está ultrapassado pelas modernas técnicas de reprodução de textos. Estão ainda dentro deste sistema as transcrições que, desdobrando embora as abreviaturas (com ou sem sublinhado das letras correspondentes), reproduzem servilmente as outras particularidades quanto às maiúsculas e minúsculas, à pontuação, à indevida união de palavras ou separação dos seus membros, etc.

b) Outros vão para o extremo oposto, modernizando os textos com grave prejuízo do seu valor filológico, fonético e linguístico.

c) Finalmente, um sistema intermédio, hoje já bastante em uso, procura facilitar a leitura e compreensão dos textos, resolvendo-lhes as abreviaturas e outras dificuldades, mas sem nada lhes acrescentar ou alterar. Mesmo dentro deste sistema há acentuadas diferenças de autor para autor, porque cada um segue o critério que lhe parece preferível, o que causa certa desorientação nos utentes.

Para pôr cobro a esta desorientação, anseia-se há muito por uma normalização dos métodos de transcrição e de publicação dos textos medievais e modernos (COSTA, 1977, p. 5-6).

O mesmo deão da paleografia portuguesa no século XX refere, portanto, três modos essenciais para a transcrição paleográfica de textos manuscritos, para os quais na terceira edição das *Normas* (já na forma 'muito melhorada' e bastante acrescentada de um livrinho com 80 páginas e 30 gravuras) usa os termos 'conservadorismo rígido', 'modernização pura e simples' e 'conciliação'. Parece óbvio que a coexistência de três sistemas opostos de transcrição e de edição não pode deixar de criar confusões indesejáveis.<sup>15</sup>

Ora, sendo lícito considerar que a existência de edições de textos que seguem critérios divergentes tende a ser menos problemática em edições no campo da história,<sup>16</sup> o mesmo não se aplica

---

<sup>15</sup> Em aproveitamento do texto de Costa (1977), Castro; Ramos (1986, p. 101) distinguem as três opções de transcrição da seguinte maneira: “A transcrição, fenómeno tático, depende, pois, de razões estratégicas que a transcendem: será conservadora, modernizadora ou de compromisso, em obediência a factores que lhe são externos e que se situam essencialmente na esfera da relação da leitura a estabelecer entre o texto e o seu público”. Por seu turno, o facto de ter manifestado conhecimento do texto de Castro e Ramos parece indicar que o próprio Costa (1993, p. 14), na terceira edição das *Normas*, se poderá ter deixado influenciar na escolha dos três novos termos.

<sup>16</sup> Veja-se, a título de exemplo, a nota de rodapé 2 em Costa (1977, p. 5): “Nos *Portugaliae Monumenta Historica*, editados pela Academia das Ciências de Lisboa, não se adoptou um critério uniforme de transcrição nas suas quatro

aos campos da literatura e da linguística. Se bem que a solução não seja unanimemente aceite,<sup>17</sup> parece que somente a edição de textos de grande divulgação, como, por exemplo, de textos literários de relevância, poderá ser sujeita a uma 'modernização pura e simples', por se dirigir a um público não-especializado.

Por outro lado, o chamado 'conservadorismo rígido' poderá não ser o método de transcrição mais adequado para fins linguísticos, uma vez que a fidelidade absoluta ao texto manuscrito (desde que tal seja possível) pode pôr em causa a utilidade do resultado desse trabalho para fins linguísticos.

O terceiro método, da 'conciliação', ainda que pareça a solução mais adequada, também pode acarretar alguns inconvenientes, uma vez que a própria abordagem implica a coexistência de muitas normas individuais que podem apresentar graus divergentes de conservadorismo e de modernização.<sup>18</sup> Uma das tentativas mais antigas de proceder desta forma mais equilibrada parece ser as 'Indicações ortográficas', que José Leite de Vasconcelos apresentou à Biblioteca Nacional em 1921,<sup>19</sup> em que o início do artigo 17.º menciona o seguinte (os negritos reproduzem o texto parcialmente aproveitado por Costa 1993, p. 13):<sup>20</sup>

---

secções, nem mesmo dentro destas. No fascículo VII dos *Inquisitiones*, por ex., não há uniformidade no uso de maiúsculas e minúsculas nem no desdobramento das abreviaturas.

A Academia Portuguesa de História, na edição dos *Documentos Medievais Portugueses*, tanto *Particulares* como *Régios*, adoptou um critério de transcrição semelhante ao usado em obras congêneres estrangeiras, mas não o tem seguido em algumas outras publicações suas”.

Apesar das variações nas transcrições dos textos reproduzidos, estas não põem em causa o valor dos textos como fonte de estudos históricos, invalidando-os, porém, para quaisquer estudos de natureza linguística que assentem na grafia do texto original.

<sup>17</sup> Costa (1993, p. 12) faz questão de referir explicitamente, entre outras obras, a edição de Lindley Cintra do opúsculo intitulado *Crónica Geral de Espanha de 1344: A lenda do Rei Rodrigo* (de 93 páginas), que constitui um extrato modernizado da volumosa *Crónica Geral de Espanha de 1344* (4 volumes, vols. 1-4 <sup>1</sup>1951-<sup>1</sup>1990; vols. 1-3 <sup>2</sup>1983-1984) e as considerações de Paul Teyssier sobre modernizações admissíveis no âmbito de uma edição crítica das obras de Gil Vicente em Teyssier (1986, p. 127-128).

<sup>18</sup> Assim, pode-se observar que as edições de texto produzidas por historiadores ou paleógrafos tendem frequentemente a modernizar os textos transcritos mesmo em termos (orto)gráficos, enquanto as edições de texto para fins (histórico-) linguísticos parecem geralmente ser mais conservadoras, a fim de permitir análises sobre aspetos fonéticos, grafémicos, entre outros.

<sup>19</sup> Ainda que Raul Proença não se identifique como autor deste texto editorial, a autoria do mesmo deve ser-lhe atribuída, uma vez que na época era o secretário da revista em questão, bem como chefe da divisão dos serviços técnicos da Biblioteca Nacional (incumbido da normalização – também ortográfica – do catálogo daquela biblioteca; cf. Gusmão / Campos / Sottomayor, 1999, p. XII) . Em forma de prefácio às 'indicações ortográficas', Proença (1921, p. 163) explica a origem do texto com as seguintes palavras: “Para servir de norma nas edições dos textos que a Biblioteca Nacional se propõe publicar, redigiu o sr. dr. Leite de Vasconcelos as seguintes "Indicações ortográficas", que muito agradecemos”. A referência bibliográfica de Costa (1993, p. 13) deverá, portanto, ser corrigida, no sentido de o autor do artigo nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos* ser Raul Proença, ao passo que Leite de Vasconcelos era apenas responsável pela elaboração e fornecimento deste texto reproduzido pelo bibliotecário e escritor, que mais tarde seria cofundador da revista *Seara Nova*.

<sup>20</sup> No fim das 'indicações ortográficas', Proença (1921, p. 165) esclarece que o texto reproduzido foi aprovado para ser utilizado como 'normas da casa' da então Biblioteca Nacional de Lisboa: “Estes preceitos de transcrição ortográfica foram aprovados pela comissão de ilustres filólogos que se prontificaram a dar a sua colaboração à obra de publicidade da Biblioteca Nacional”.

Quando para uma grafia proponho duas soluções, entenda-se que deixo a escolha ao critério do editor, conforme a natureza do texto e a do leitor a quem a edição ou reedição se destina. **Nos textos onde predomine o valor filológico ou paleográfico, seja-se mais rigoroso; mas onde predomine o valor literário, histórico, moral, científico, seja-se menos**, porque convém que da fidelidade da reprodução não resulte divergência grande entre a grafia e o modo de pronunciar (VASCONCELOS *apud* PROENÇA, 1921, p. 165).

A seguir, Costa aponta brevemente para os distintos critérios das edições de várias obras motivadas por considerações linguísticas, tais como a já referida edição da *Crónica Geral de Espanha de 1344* de Lindley Cintra (1983), a monumental *História do Galego-Português: Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI* (<sup>1</sup>1986, <sup>2</sup>1997) de Clarinda de Azevedo Maia, bem como a edição crítica do *Foro Real* de Afonso X elaborada por José de Azevedo Ferreira (1987), testemunhando desta forma que o estabelecimento de edições para fins de estudos linguísticos parece obedecer a necessidades e padrões diferentes que obrigam a uma maior fidelidade em relação ao texto original.

Tomando como ponto de partida o anseio por uma uniformização normativa, manifestado por Costa (1977, p. 6), Castro; Ramos (1986) procedem a uma análise exemplar de diferentes abordagens feitas por vários filólogos lusófonos para confirmar a viabilidade de tal uniformidade normativa no âmbito das suas considerações estratégicas. Como conclusão, Castro; Ramos (1986, p. 118) constatarem que se verifica a necessidade constante de os editores balançarem entre o aspeto estratégico de transcrição, que assenta na orientação da edição face a um público-alvo, e o aspeto tático, que resulta da escolha estratégica. Na verdade, a distinção conceitual leva os autores à conclusão de que uma uniformização geral de normas de transcrição não é forçosa, pois afirmam que “[...] esta separação permite relegar para um segundo plano de importância a elaboração de normas de transcrição uniformes, que procurem meter num único resultado as características de tácticas muito diferentes entre si [...]” (CASTRO; RAMOS, 1986, p. 118).

Perante a leitura dos filólogos lisboetas, Costa (1993, p. 14) opta por relativizar a sua posição ao aconselhar o abandono da procura do 'Santo Graal normativizador' de umas normas uniformes para todos os textos, propondo, perante a diversidade normativa algo caótica, umas normas que possam ser aceitáveis para todos:

Mas não se deve procurar a "elaboração de normas de transcrição uniformes" para todo e qualquer texto, a não ser as de carácter geral. As restantes têm de atender, em cada caso, aos aspectos já indicados, razão por que têm sido aconselhadas e (ou) seguidas normas tão diferentes por particulares e até por instituições.

Esta disparidade de normas desorienta os leitores-estudiosos. Para, na medida do possível, evitar esta desorientação, tem-se procurado estabelecer normas que possam

obter o consenso, tão amplo quanto possível, entre filólogos, historiadores, paleógrafos e outros interessados nas transcrições (COSTA, 1993, p. 14).

Face ao exposto, parece convincente a opinião manifestada por Castro; Ramos (1986) e Costa (1993) de que o estabelecimento de umas normas gerais para todo o tipo de transcrições (sem que seja tomada em consideração a finalidade da transcrição, o público-alvo ou outros aspetos) não é uma solução viável.

Colocam-se, porém, as questões: Será viável um conjunto de normas únicas para transcrições que se destinam a fins linguísticos? Partindo de uma transcrição conservadora com aspetos conciliadores, será que se podem aplicar os mesmos critérios de transcrição para textos antigos manuscritos e impressos?

### 3. Exemplos de transcrições de textos antigos

Na tentativa de oferecermos uma resposta às nossas perguntas anteriores, iremos proceder em seguida a um confronto entre os textos originais e as respetivas edições de duas obras de relevância para a historiografia linguística de expressão portuguesa, nomeadamente a transcrição publicada do texto manuscrito da *Arte da Lingua de Cafre* (ca. 1680) e as edições mais recentes da *Grammatica da lingoagem Portuguesa* (1536) de Fernão de Oliveira.

#### 3.1 Transcrição do texto manuscrito: a *Arte da Lingua de Cafre*

Numa época em que a interdisciplinaridade costuma ser utilizada como a 'varinha mágica' dos investigadores modernos, verifica-se que campos que deveriam ser entrelaçados acabam por não o ser, podendo mesmo chegar a prejudicar os resultados, como se vê no seguinte exemplo mais antigo da transcrição que o missionário alemão Paul Schebesta (1887–1968) fez da *Arte da Lingua de Cafre* (ca. 1680), sem oferecer qualquer comentário sobre os critérios da edição adotados:<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Para mais informações sobre a *Arte da Lingua de Cafre*, vejam-se os artigos de Schebesta (1919–1920) e Fernandes (2019).

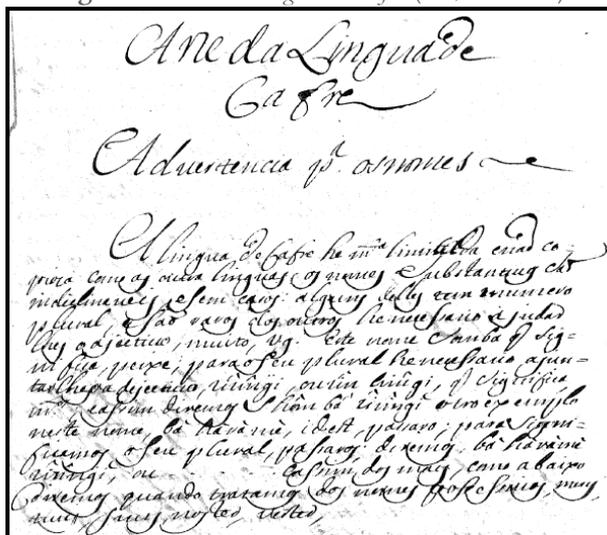
Arte da Lingua de Cafre

Advertencia p.<sup>a</sup> os nomes.

A lingua de Cafre he m<sup>to</sup> limitada e não composta como as outras linguas. Os nomes substantivos são indeclinaveis e sem casos: alguns delles teem numero plural e são raros, dos outros he necessario ajudar lhes o adjectivo, muito. V. g. este nome *somba* que significa peixe para o seu plural he necessario ajuntar lhe o adjectivo *zizingi* ou *zindzini* que significa m<sup>tos</sup> e assim diremos *somba zidzini* outro exemplo neste nome *bàhàràmè* id est passaro para significarmos o seu plural, passaros diremos *bàhàràmè zidzini* ou . . . e assim dos mais como abaixo diremos quando tratamos dos nomes possessivos, meus, teus, seus, noster, vester (SCHEBESTA, 1919-1920, p. 766).

A conservação de algumas abreviaturas contemporâneas como *p.<sup>a</sup>* ('para') ou *m<sup>to</sup>*, *m<sup>tos</sup>* ('muito', 'muitos'), bem como a aparente manutenção da grafia do manuscrito parecem, à primeira vista, indicar que o editor da gramática manuscrita adotou um critério conservador.

Figura 1 – Arte da Lingua de Cafre (s.d., fol. 201 r)



Fonte: Biblioteca da Ajuda.

O estabelecimento de uma transcrição diplomática do texto com base no manuscrito (na qual todas as divergências se encontram marcadas por negritos nossos) leva, porém, à constatação de que a transcrição de Schebesta apresenta uma série de problemas de leitura que nos parecem assentar no facto de ele não ter sido nem paleógrafo nem linguista:



graficamente (como, por exemplo, era usual através de sublinhados), sendo todos os itálicos próprios do editor alemão.

Com a intenção de preservar um máximo de informação metalinguística para leitores contemporâneos, propomos para o mesmo texto a seguinte transcrição paleográfico-linguística, de natureza conservadora, que conciliamos com as seguintes alterações:

- (a) desdobramento das abreviaturas (com a exceção do til por cima de uma vogal e de abreviaturas habituais como 'etc.' para '*et cetera*' ou 'v.g.' para '*verbi gratia*'), devendo as letras abreviadas ser grafadas em itálico, com ou sem parênteses retos;
- (b) substituição dos alógrafos das sibilantes que podem ser designados como 's' longo por <s> em todas as ocorrências;
- (c) separação de conjunções e substantivos ou de outras formas que surgem grafadas juntamente;
- (d) normalização do uso de sinais de pontuação, sendo colocados após o elemento que seguem e separados por um espaço em branco.<sup>23</sup>

Sempre que necessário, notas de rodapé adicionais podem explicar as opções dos autores na preparação da transcrição.

Arte da Lingua de Cafre  
Aduertencia para os nomes.

A lingua de Cafre he *muita* limitada e não copioza como as outra<sup>24</sup> linguas os nomes substantiuos são indeclinaueis e sem casos: alguns delles tem numero<sup>25</sup> plural, e são raros dos outros he necessario ajudar lhes o ajectiuo, muito, v. g. Este nome somba *que* significa, peixe, para o seu plural he necessario ajuntar lhes o adejectiuo, zízîngi, ou zín lzingi, *que* significa, *muitos*; e assim diremos shômbá zídzinîgi otro<sup>26</sup> exemplo neste nome, bà hàràchè, id est, passaro; para significamos<sup>27</sup> o seu plural, passaros, diremos bà hàràchè zízîngi, ou \_\_\_\_\_ e assim dos mais, como abaixo diremos quando tratamos dos nomes possessiuos, meus, tuus, suus, noster, vester (*ARTE*, s.d., fol. 201 r).

<sup>23</sup> Excluem-se desta regra os casos em que sinais de pontuação não servem como tal, mas para destacar exemplos, como veremos em Oliveira (1536).

<sup>24</sup> Dado que o substantivo *linguas* é uma forma do plural, parece faltar o grafema <-s> para completar a forma *outras*.

<sup>25</sup> Se bem que seja possível a leitura de *numero* com <m->, parece tratar-se de gralha em vez de *\*numero*.

<sup>26</sup> De acordo com o contexto, parece faltar o grafema <-u-> para completar a forma *outro*.

<sup>27</sup> O contexto leva a crer que possa faltar o grafema <-r> para completar a forma *significarmos*.

Tanto a leitura diplomática como a paleográfico-linguística do primeiro parágrafo do manuscrito levam a crer que faz sentido a elaboração de uma nova edição, crítica ou não, que venha estabelecer uma leitura mais adequada do manuscrito seiscentista.

### 3.2 Transcrição do texto impresso: a gramática de Fernão de Oliveira

Publicada pela primeira vez pelo editor lisboeta Germão Galharde em 1536, a obra intitulada *Grammatica da lingoagem portuguesa*, que o autor mostrou ter consciência de se tratar da “[...] primeyra anotação que Fernão doliueyra fez da lingua Portuguesa” (OLIVEIRA, 1988, fol. 1 v),<sup>28</sup> constitui, com efeito, o primeiro texto metalinguístico sobre a língua portuguesa a ser impresso, oferecendo, entre outros aspetos, grande número de informações grafemáticas, fonéticas e mesmo fonológicas sobre o português quinhentista.

Devido à primazia do texto da edição impressa de 1536, a nossa leitura diplomática do fólio 8 v, sobre as considerações sobre o vocalismo da língua portuguesa, permitiu-nos o estabelecimento diplomático do seguinte texto que reproduz todas as características do texto original em caracteres góticos:

- 1 q̄ allí lhe q̄ro chamar d'letras como se acostumão: mas figa  
mos hũa çerta regra d'fcreuer/ τ a mais façil. Capl'o. xij.
- 5 **E** Sta letra .a. peq̄no tẽ figura douo cõ hũescudete  
diãte τ a põta do escudo em bayxo cãbada para  
çima: a sua p̄onũciação e cõ a boca mais aberta  
q̄ das outras vogaes τ toda a boca igual: a grãde  
tẽ figura de dous oouos ou duas figuras douo hũa pega  
da cõ a outra cõ hũ fo escudo diãte: a p̄onũciação e cõ a  
mefma foizma da boca se não quanto traz mais espirito.
- 10 **¶** Esta letra .e. pequeno tẽ figura darco de besta cõ a pol=  
gueira de çima de todo em lí dobrada ainda q̄ não amassa  
da: a sua voz não abre ja tão a boca tdescobre mais os dẽ  
tes. A figura do .e. grãde parece hũa boca bẽ aberta com  
sua lingua no meyo τ tão pouco não tẽ outra diferẽça da
- 15 foizca de .e. peq̄no se não quãto enfoizma mais seu espirito.  
**¶** Desta letra .i. vogal sua figura he hũa astepeq̄na aleuã  
tada cõ hũ ponto peq̄no redõdo em çima: p̄onũciallẽ cõ  
os dentes qualí fechados: τ os beiços allí abertos como  
no .e. τ a lingua apertada cõ as gẽgibas de bayxo: τ o ef=  
20 pirito lançado cõ mais impeto. Afigura desta letra .o. pe  
qno e redonda toda poizteiro como hũ arco de pipa τ a  
sua p̄onũciação faz illo mefmo a boca redonda dentro τ  
os beiços encolhidos em redõdo. E a figura de .o. grãde

<sup>28</sup> No *colofon*, o impressor oferece as seguintes informações sobre a obra, fazendo novamente questão de referir que se trata da 'primeira anotação da lingua Portuguesa' em vez de utilizar o termo convencional de '\*grammatica': “¶ Acabouse dempremir esta premeira anotação da lingua Portuguesa. por mandado do muy manifico senhor dom Fernando Dalmada. em Lixbõa. ã casa de Germão galharde a. xxvij. dias do mes de Janeyro de mil e quinhẽtos e trinta e seis annos de nossa saluaçam”.

pareçe duas faças cõ hũ nariz pello meyo ou e dous oos  
 25 juntos ambos τ tem a mefma pronũciação cõ mais foça  
 τ efpirito: τ todauia eflas letras vogaes grandes fazẽ al  
 ghũ tanto mays mouimẽto na boca que as pequenas.  
 ¶¶ Esta letra .u. vogal aperta as queixadas τ prega osbei  
 ços não deixando antreles mais q̃ fo hũ canudo pozõde  
 30 fae hũm fom efcuro o qual he a fua voz. A fua figura e du  
 as altes aleuantadas dereitas mas em baixo fãõ atadas  
 com hũa linha q̃ fae dhũa dellas (OLIVEIRA, 1988, fol. 8 v).

A quinta edição, publicada por Maria Leonor Carvalhão Buescu em 1975, constitui um esforço moderno de divulgação da obra metalinguística, pelo que a autora optou pelos seguintes critérios na sua edição, que pode ser caracterizada como sendo modernizadora:

*Fez-se a pontuação necessária à inteligibilidade do texto.*  
*Empregaram-se as maiúsculas de acordo com as normas ortográficas actuais.*  
*Abriam-se parágrafos.*  
*Actualizou-se a ortografia, excepto nos vocábulos que, no texto, servem de*  
*exemplificação a rasgos definidos pelo próprio autor.*  
*Mantiveram-se as particularidades sintácticas e os arcaísmos lexicais (BUESCU*  
*apud OLIVEIRA, 1975, p. [31]).*

Nestes moldes, a edição modernizada feita por Buescu apresenta-se da seguinte maneira, sendo marcadas com negrito nosso as alterações ao texto primitivo, com exceção dos grafemas próprios do texto impresso antigo, ficando fora de consideração os alógrafos <f, z, r> para <s, z, r>, bem como a substituição da nota tironiana <τ> (típica para incunábulo e pós-incunábulo) pela conjunção grafada <e>, cuja substituição foi realizada pela editora lisboeta:<sup>29</sup>

que assim lhe **quero** chamar, de letras, como se acostumam, mas sigamos **uma** certa regra de escrever, e a mais fácil.

## CAPÍTULO XII

Esta letra **a** pequena **tem** figura de ovo com **um** escudete diante e a **ponta** do escudo em baixo, **cambada** para cima. **A** sua pronunçiação é **com** a boca mais aberta **que** das outras vogais e toda a boca igual. **a** grande **tem** figura de dois **ovos** ou duas figuras de **ovo**, **uma** pegada **com** a outra, **com um** só escudo diante. **A** pronunçiação é **com** a mesma forma da boca, **senão** quanto traz mais efpirito.

Esta letra **e** pequeno **tem** figura de arco de besta **com** a polgueira de cima de todo em si dobrada, ainda **que** não amassada. **A** sua voz não abre **já tanto** a boca e descobre mais os **dentes**. A figura do **e** grande parece **uma** boca **bem** aberta com sua língua no meio e **tampouco** não **tem** outra **diferença** da força de **e** pequeno, **senão** quanto enforma mais seu efpirito.

Desta letra **i** vogal, sua figura é **uma haste** pequena, **alevantada**, **com um** ponto pequeno **redondo** em cima. **Pronuncia-se com** os dentes quase fechados e os beijos **assim** abertos como no **e** e a língua apertada **com** as **gengivas** de baixo e o efpirito lançado **com** mais impeto.

A figura desta letra **o** pequeno é redonda toda por inteiro, como **um** arco de pipa, e a sua pronunçiação faz isso mesmo: a boca redonda dentro e os beijos encolhidos em **redondo**. E a

<sup>29</sup> Note-se ainda que Buescu substitui as referências oliveirenses aos exemplos como .a., .e. através do uso de letras itálicas (*a, e*, etc.). Também marcámos estas alterações com negritos.

figura de  $\omega$  grande parece duas faces **com um** nariz pelo meio ou dois **oo** juntos ambos e tem a mesma pronúncia **com** mais força e espírito. **E** todavia estas letras vogais grandes **fazem algum** tanto mais movimento na boca que as pequenas.

Esta letra *u* vogal apertada as queixadas e prega os beiços, não deixando **entre eles** mais **que só um** canudo por **onde sai um** som escuro, o qual é a sua voz. A sua figura é duas **hastes** alevantadas direitas, mas em baixo são atadas com **uma** linha **que sai de uma** delas (OLIVEIRA, 1975, p. [52-53]).

Verifica-se, neste trecho, que de entre 348 palavras (incluindo os exemplos) houve alterações em 140 palavras, o que corresponde a uma percentagem de 40%, devendo-se a maioria das alterações à mudança do sistema gráfico e às alterações de pontuação. Relativamente a este último aspeto, as mudanças são significativas, pois houve 24 alterações, sobretudo devido à inserção de vírgulas e pontos finais.<sup>30</sup>

Em relação ao texto primitivo, observam-se algumas divergências, como a forma *pequena* (em vez de 'peño' ou 'pequeno', 3) e *quando* (em vez de 'quanto', 9). É bastante mais grave o erro de leitura  $\alpha$  grande (em vez de 'a grãde', 6), pois o que se deve supor ser a letra grega *alpha*  $\langle\alpha\rangle$  encontra-se no contexto 'Esta letra . $\alpha$ . peño' (3), como também se pode verificar na leitura correta de Assunção e Torres (*apud* OLIVEIRA, 2007, p. 177).

Para além disso, observa-se a falta da palavra *\*é* no contexto '*com um nariz pelo meio ou dois oo juntos ambos*' ('cõ hũ nariz pello meyo ou e dous oos juntos ambos', 24), em que a forma  $\langle e \rangle$  seria a terceira pessoa do presente do indicativo do verbo 'ser', significando que o grafema  $\langle\omega\rangle$  em causa também poderia ser representado pelos dois grafemas  $\langle oo \rangle$ .<sup>31</sup>

Nas duas edições que devem ser consideradas como a oitava e nona edições da obra de Fernão de Oliveira, publicadas por Amadeu Torres (1924–2012) e Carlos da Costa Assunção em 2000 e 2007, encontramos a seguinte edição semidiplomática, na qual marcámos a negrito nosso as divergências e as questões relevantes (que comentaremos em relação à nossa transcrição), novamente sem considerar as alografias já referidas:<sup>32</sup>

<sup>30</sup> Como editora de textos linguísticos renascentistas, Buescu revela consciência dos problemas que acompanham a elaboração de um texto gramatical antigo, pois discute as diferentes estratégias de transcrição no seu artigo de 1986.

<sup>31</sup> A presença da forma 'é' na edição crítica de Assunção e Torres (*apud* OLIVEIRA, 2007, p. 95) confirma a nossa leitura.

<sup>32</sup> Na introdução ao conjunto das edições crítica, semidiplomática e anastática, é no subcapítulo intitulado "1.3 Normas de transcrição" (Assunção e Torres, *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 68–77) que Amadeu Torres e Carlos Assunção oferecem um catálogo pormenorizado de 16 'alíneas' (Assunção e Torres, *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 70–73).

- 1            **q̃** assi lhe **q̃**ro chamar d'letras como se acostumão: mas sigamos hũa çerta regra d'screuer/ e a mais façil.  
CAPL'O. xij.
- 5            **E** Sta letra .a. peq̃no tẽ figura douo cõ hũ escudete diãte e a põta do escudo em bayxo cãbada para çima: a sua pronũciação e cõ a boca mais aberta **q̃** das outras vogaes e toda a boca igual: a grãde tẽ figura de dous oouos ou duas figuras douo hũa pegada cõ a outra cõ hũ so escudo diãte: a pronũciação e cõ a mesma forma da boca se não quanto traz mais espirito.
- 10           Esta letra .e. pequeno tẽ figura darco de besta cõ a polgueira de çima de todo em si dobrada ainda **q̃** não amassada: a sua voz não abre ja tão a boca e descobre mais os dẽtes. A figura do .e. grãde parece hũa boca bẽ aberta com sua lingua no meyo e tão pouco não tẽ outra diferẽça da força de .e. peq̃no se não quãto enforma mais seu espirito.
- 15           Desta letra .i. vogal sua figura he hũa **astepeq̃na** aleuãtada cõ hũ ponto peq̃no redõdo em çima: pronũciasse cõ os dentes quasi fechados: e os beiços assi abertos como no .e. e a lingua apertada cõ as gẽgibas de bayxo: e o espirito lançado cõ mais impeto. A figura desta letra .o. peq̃no e redonda toda por inteiro como hũ arco de pipa e a sua pronũciação faz isso mesmo a boca redonda dentro e os beiços encolhidos em redõdo. E a figura de .o. grãde parece duas faças cõ hũ nariz pello meyo ou e
- 20           dous oos juntos ambos e tem a mesma pronũciação cõ mais força e espirito: e todauia estas letras vogaes grandes fazẽ alghũ tanto mays mouimẽto na boca que as pequenas.
- 25           Esta letra .u. vogal aberta as queixadas e prega os beiços não deixando **antreles** mais **q̃** so hũ canudo por õde sae hũm som escuro o qual he a sua voz. A sua figura e duas astes aleuantadas dereitas mas em baixo são atadas com hũa linha **q̃** sae **dhũa** dellas (OLIVEIRA, 2007, p. 177).

Deixando de lado as modernizações já mencionadas, registam-se poucas diferenças. Ao longo desta página, encontrámos apenas uma única divergência, nomeadamente a grafia <q̃> com til, em que a edição *princeps* não parece apresentar nenhum til (q, 1). Por outro lado, nota-se que as palavras *astepeq̃na* (16), *antreles* (29) e *dhũa* (32) não se encontram grafadas separadamente, ao contrário de outras palavras que os editores separaram.

Na décima edição de 2012, que se deve a José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre, a mesma página tem o seguinte teor no âmbito de uma edição que se afirma 'atualizada' do ponto de vista ortográfico:

**que** assi lhe **quero** chamar de letras como se acostumam, mas sigamos **uma** certa regra de escrever, e a mais fácil.

#### Capítulo. XII.

Esta letra **a** pequeno **tem** figura d'ovo **com um** escudete **diante** e a **ponta** do escudo em baixo **cambada** para cima; a sua pronunciação **é com** a boca mais aberta **que** das outras vogais e toda a boca igual.

**a** grande **tem** figura de dous ovos ou duas figuras d'ovo, **uma** pegada **com** a outra, **com um** só escudo **diante**; a pronunciação **é com** a mesma forma da boca, **senão** quanto traz mais espirito.

Esta letra **e** pequeno **tem** figura d'arco de besta **com** a polgueira de cima de todo em si dobrada, ainda **que** não amassada; a sua voz não abre **já tanto** a boca e descobre mais os **dentes**. A figura do **ε** grande parece **uma** boca **bem** aberta com sua **língua** no **meio** e tão-pouco não **tem** outra diferença da força de **e** pequeno, **senão** quanto enforma mais seu espirito.

Desta letra *i* vogal, sua figura é **uma haste pequena** alevantada **com um** ponto pequeno **redondo** em cima; **pronuncia-se com** os dentes quasi fechados e os beiços assi abertos como no *e*, e a língua apertada **com** as gengibas de baixo e o espírito lançado **com** mais ímpeto.

A figura desta letra *o* pequeno é redonda toda por inteiro como **um** arco de pipa, e a sua pronúnciação faz isso mesmo, a boca redonda dentro e os beiços encolhidos em **redondo**.

E a figura de *o* grande parece duas faces **com um** nariz pelo meio, ou é dous *oos* juntos ambos, e tem a mesma pronúnciação **com** mais força e espírito. **E** todavia estas letras vogais grandes **fazem algum** tanto mais movimento na boca que as pequenas.

Esta letra *u* vogal apertada as queixadas e prega os beiços, não deixando antr'eles mais **que só um** canudo por **onde sai um** som escuro, o qual é a sua voz. A sua figura é duas **hastes** alevantadas dereitas, mas em baixo são atadas com **uma** linha **que sai duma** delas (OLIVEIRA, 2012, p. 75).

Mesmo que a manutenção de formas históricas como 'assi, dous, enforma, alevantada, quasi, gengibas, dereitas' possa ser surpreendente à primeira vista, as respetivas opções dos editores corresponderão aos seus "Critérios de edição" (FRANCO; SILVESTRE, *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 39-43), que preveem exceções ocasionais quando uma grafia parece reproduzir a suposta pronúncia do tratadista quinhentista. Dado que a edição foi publicada dentro da Série de Cultura Portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian, é compreensível o ato de equilíbrio que os editores não podiam descurar numa edição de grande divulgação, que não se dirige, em primeiro lugar, a um público especializado.

Como se verá adiante, a nossa proposta de uma transcrição linguístico-paleográfica do mesmo texto, baseada nos mesmos critérios apresentados em 3.1, não se afasta substancialmente da edição semidiplomática de Amadeu Torres e Carlos Assunção:

q[ue] assi lhe quero chamar de letras como se acostumão: mas sigamos hũa çerta regra *descreuer/ e* a mais fácil. Capl'o. xij.

ESTa letra .a. pequeno tẽ figura douo cõ hũ escudete diãte e a põta do escudo em bayxo cãbada para çima: a sua pronúnciação e cõ a boca mais aberta *que* das outras vogaes e toda a boca igual: a grãde tẽ figura de dous oouos ou duas figuras douo hũa pegada cõ a outra cõ hũ so escudo diãte: a pronúnciação e cõ a mesma forma da boca se não quanto traz mais espirito.

¶ Esta letra .e. pequeno tẽ figura darco de besta cõ a polgueira de çima de todo em si dobrada ainda *que* não amassada: a sua voz não abre ja tâto a boca e descobre mais os dêtes. A figura do .e. grãde parece hũa boca bẽ aberta com sua lingua no meyo e tão pouco não tẽ outra diferença da força de .e. pequeno se não quãto enforma mais seu espirito.

¶ Desta letra .i. vogal sua figura he hũa aste pequena aleuãtada cõ hũ ponto pequeno redõdo em çima: pronúnciasse cõ os dentes quasi fechados: e os beiços assi abertos como no .e. e a lingua apertada cõ as gẽgibas de bayxo: e o espirito lançado cõ mais impeto. A figura desta letra .o. pequeno e redonda toda por inteiro como hũ arco de pipa e a sua pronúnciação faz isso mesmo a boca redonda dentro e os beiços encolhidos em redõdo. E a figura de .o. grãde parece duas faças cõ hũ nariz pello meyo ou e dous oos juntos ambos e tem a mesma pronúnciação cõ mais força e espirito: e todauia estas letras vogaes grandes fazẽ alghũ tanto mays mouimẽto na boca que as pequenas.

¶ Esta letra .u. vogal apertada as queixadas e prega os beiços não deixando antreles mais *que* so hũ canudo porõde sae hũm som escuro o qual he a sua voz. A sua figura e duas astes aleuantadas dereitas mas em baixo são atadas com hũa linha *que* sae dhũa dellas (OLIVEIRA, 1988, fol. 8 v).

Perante os nexos *descreuer, douo, darco, pronúnciasse* e *antreles*, torna-se evidente que uma separação rigorosa e coerente pode não ser desejável, pois corre-se o risco de se perderem informações

interessantes sobre a maneira como o autor poderá ter encarado a ligação entre diferentes partes da oração.

No que respeita ao sinal tironiano, deve notar-se que este serve como distinção entre 'e conjunção' e 'é forma verbal' quando esta se encontra escrita sem acento. Ainda que a existência de um grafema desta natureza possa causar problemas informáticos, parece-nos que o sinal pode ter alguma utilidade em certas edições.

## Considerações finais

Nesta 'primeira anotação sobre a paleografia linguística', visamos oferecer uma panorâmica histórica da disciplina académica da paleografia, que teve as suas origens na escola maurista de St. Germain-des-Prés (Paris) de Jean Mabillon e dos seus seguidores.

Com base nos esforços normativos de Avelino de Jesus da Costa, o grande paleógrafo da Universidade de Coimbra (que considerava as vertentes 'conservadorismo rígido', 'modernização pura e simples' e 'conciliação'), expusemos algumas das questões mais importantes, relacionadas com o problema normativo, questionando se seria viável estabelecer um conjunto de normas únicas para transcrições de textos que podem ser destinados a fins linguísticos.

Tendo em mente a noção de que seria preferível o estabelecimento de uma transcrição conservadora com aspetos conciliadores, procedemos, em seguida, à transcrição e análise de dois textos, um manuscrito de finais do século XVII, editado em 1919-1920, e uma página da *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira.

Perante as edições existentes analisadas, julgamos poder afirmar que nos parece de todo desaconselhável utilizar textos total ou parcialmente modernizados para estudos de história da língua ou de historiografia linguística, uma vez que qualquer modernização gráfico-linguística leva à perda de importantes informações que os textos podem fornecer.

Do mesmo modo, parece evidente que uma transcrição diplomática dificilmente poderá satisfazer os desejos modernos de linguistas, uma vez que se deve tentar encontrar soluções para reproduzir grafemas e alógrafos que podem não fazer parte dos repertórios alfabéticos informáticos modernos mais divulgados.

A solução aparente é uma transcrição que vise conciliar o desejo necessário de elevada proximidade com o texto original (sendo, na nossa perspetiva, quase indiferente se se trata de um texto manuscrito ou impresso) e as mais variadas considerações de natureza prática, podendo o resultado de

tal transcrição chamar-se 'edição semidiplomática' ou melhor, a fim de tornar mais clara a ligação entre a paleografia, por um lado, e a linguística, por outro, 'edição paleográfico-linguística'.

A última designação implica que a transcrição seja elaborada por um estudioso que reúne conhecimentos (quanto mais profundos melhor) de paleografia e de linguística (nas suas vertentes síncronica e diacrónica). Com um grau de intervenção mínimo, o alvo deste tipo de transcrições seria o estabelecimento de edições que possam servir para fins históricos, mas sobretudo para qualquer disciplina de linguística diacrónica.

No que respeita à procura do 'Santo Graal normativizador', o exposto leva a crer que não poderá haver uniformidade total. Isto acontece, porém, não tanto por causa da disparidade das escolas de paleografia e dos investigadores, mas simplesmente porque vários textos de séculos distintos podem trazer consigo condicionamentos e soluções variadas, aplicando-se o mesmo a diferentes formas de publicação.

Esperamos, enfim, que seja possível um entendimento entre os especialistas da área, de modo a alcançar uma espécie de acordo mínimo que englobe pelo menos todas as características que as transcrições paleográfico-linguísticas poderiam ou deveriam ter em comum.

## Referências bibliográficas

- ALVARÁ* (1801) = Alvará de 21 de fevereiro de 1801. In: SILVA, António Delgado da (ed.). **Collecção da Legislação Portugueza**: Desde a ultima compilação das ordenações, redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, legislação de 1791 a 1801. Lisboa: Na Typografia Maigrense, 1828, IV. p. 668-670.
- ARTE* (s. d.) = **Arte da lingua do Cafre**. Manuscrito. Biblioteca da Ajuda, Jesuítas na Ásia, Série da Província da China, Códice Ms. 49-V-18, fólios 201 r- 220 r.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Problemas de transcrição dos textos gramaticais do século XVI. In: **Critique Textuelle Portugaise: Actes du Colloque**. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian; Centre Culturel Portugais, 1986, p. 199-208.
- CASTRO, Ivo; RAMOS, Maria Ana [Gassmann]. Estratégia e tática da transcrição. In: **Critique Textuelle Portugaise: Actes du Colloque**. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian; Centre Culturel Portugais, 1986, p. 99-122.
- CHASSANT, Alphonse. **Paléographie des chartes et des manuscrits du XI<sup>e</sup> au XVII<sup>e</sup> siècle**. Paris: Auguste Aubry, Libraire-Éditeur, <sup>6</sup>1867.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Crónica Geral de Espanha de 1344**: A lenda do Rei Rodrigo. Introdução, notas e glossário de Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa: Editorial Verbo, 1964.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. **Vida e Obra do Prof. Doutor Cónego Avelino de Jesus da Costa**: Catálogo da Exposição. Coimbra: Reitoria da Universidade de Coimbra; Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Coimbra, 2001.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.). **Crónica Geral de Espanha de 1344**. Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa, 1951. Edição fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Academia Portuguesa da História, Fontes Narrativas da História Portuguesa; 2, volume I). [vols. 2 e 3 <sup>2</sup>1984 e vol. 4 <sup>1</sup>1990, com referências bibliográficas semelhantes], <sup>2</sup>1983.
- COSTA, Avelino de Jesus da. Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos. Braga: edição do autor (separata de **V Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas portugueses**: Braga, 1976, Actas. Braga: BAD, <sup>1</sup>1977, p. 310-350.
- COSTA, Avelino de Jesus da. **Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de Paleografia e Diplomática, <sup>3</sup>1993.

- CRUZ, António. Observações sobre o estudo da paleografia em Portugal. **Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto**, p. 173-233, 1966.
- FERNANDES, Gonçalo (2019): El Arte da lingua de Cafre (Mozambique, ca. 1745 [ca. 1680]). In: CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo; EZCURRA RIVERO, Álvaro; Zwartjes, Otto (eds.). **Lingüística Misionera: aspectos lingüísticos, discursivos, filológicos y pedagógicos**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial; Aleph Impresiones S.R.L., p. 89-114.
- FERREIRA, José de Azevedo. **Afonso X: Foro Real**. Edição e Estudo Linguístico. Volume I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica (Linguística; 11). [*Volume II, Glossário, com as mesmas referências bibliográficas*], 1987.
- FOERSTER, Hans. **Abriss der Lateinischen Paläographie**. Stuttgart: Anton Hiersemann, <sup>2</sup>1963.
- FRANÇA, José Augusto (dir.). **Critique Textuelle Portugaise: Actes du Colloque**, Paris, 20-24 octobre 1981. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian; Centre Culturel Portugais, 1986.
- GUSMÃO, Armando Nobre de; CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; SOTTOMAYOR, José Carlos Garcia. **Regras portuguesas de catalogação: cabeçalhos, descrição de monografias, descrição de publicações em série**. Lisboa: Biblioteca Nacional, <sup>2</sup>1999.
- LABOUDERIE, [Jean]. Ruinart (Thierry). In: MICHAUD, Louis-Gabriel (ed.). **Biographie universelle, ancienne et moderne, ou Histoire, par ordre alphabétique, de la vie publique et privée de tous les hommes qui se sont fait remarquer par leurs écrits, leurs actions, leurs talents, leurs vertus ou leurs crimes, tome trente-septième**. Paris; Leipzig: A. Thoissner Desplaces; Librairie de F. A. Brockhaus, 1843. p. 71-72.
- MABILLON, Jean. **De Re Diplomatica Libri VI: In quibus quidquid ad veterum Instrumentorum antiquitatem, materiam, scripturam & stilum; quidquid ad sigilla, monogrammata, subscriptiones ac notas chronologicas; quidquid inde ad antiquariam, historicam, forensemque disciplinam pertinet, explicatur & illustratur, Accedunt Commentarius de antiquis Regum Francorum Palatiis, Veterum scripturarum varia specimina, tabulis LX comprehensa, Nova ducentorum, & amplius, monumentum collectio, Opera & studio Domni Johannis Mabillon, Presbyteri ac Monachi, Ordinis S. Benedicti è Congregatione S. Mauri. Editio Secunda ab ipso Authore recognita, emmdata & aucta, Luteciæ-Parisiorum: Sumtibus Caroli Robustel, <sup>2</sup>1709.**
- MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do Galego-Português**. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno). Reimpressão da edição da INIC (1986). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas), 1997.
- MONTFAUCON, Bernard de. **Palæographia Græca, sive De ortu et progressu literarum græcarum, et De variis omnium sæculorum Scriptionis Græcæ generibus: itemque de**

Abbreviationibus & de Notis variarum Artium ac Disciplinarum, Additis Figuris & Schematibus ad fidem manuscritorum Codicum. Opera & studio D. Bernardi de Montfaucon, Sacerdotis & Monachi Benedictini è Congregatione Sancti Maur. PARISII: Apud Ludovicum Guerin; Viduam Joannis Boudot; Et Carolum Robustel, <sup>1</sup>1708.

OLIVEIRA, Fernão de. **A Gramática da Linguagem Portuguesa**. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, <sup>5</sup>1975.

OLIVEIRA, Fernão de. **Gramática da linguagem portuguesa**. Edição fac-similada. 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa: Biblioteca Nacional, <sup>7</sup>1988.

OLIVEIRA, Fernão de. **Gramática da linguagem portuguesa (1536)**. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, <sup>9</sup>2007.

OLIVEIRA, Fernão de. **Gramática da Linguagem Portuguesa**. Fac-simile, introdução e edição actualizada e anotada por José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

PROENÇA, Raul. A vida nas Bibliotecas e Arquivos: Na Biblioteca Nacional. **Anais das Bibliotecas e Arquivos**, II, 6 (Abril-Junho de 1921), p. 163-165, 1921.

RENAUD, Hyacinthe. **Paléographie française ou méthode de lecture des manuscrits français du XIII<sup>e</sup> au XVII<sup>e</sup> siècle inclusivement**. Rochefort: Imprimerie Ch. Thèze, 1860.

RIBEIRO, João Pedro. **Observações Historicas e Criticas para servirem de Memorias ao Systema da Diplomatica Portugueza**. Offerecidas ao Serenissimo Principe do Brazil Nosso Senhor e publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pelo seu socio Joaõ Pedro Ribeiro, Lente de Diplomatica na Universidade de Coimbra, Parte I, Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1798, I.

SCHEBESTA, Paul. Eine Bantugrammatik aus dem 17. Jahrhundert: Arte da lingua de Cafre. **Anthropos**, 14/15 (1919/1920), p. 764-787, 1919-1920.

SILVA, Inocência Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil; [a partir do volume IX: *continuado e ampliado por Brito Aranha*]. 23 volumes. Lisboa: Na Imprensa Nacional, Obra re-editada em reprodução fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, <sup>1</sup>1858-1958.

[TASSIN, René Prosper]; [TOUSTAIN, Charles François]. **Nouveau Traité de Diplomatie, ou l'on examine les fondemens de cet art**: on établit des regles sur le discernement des titres, et l'on expose historiquement les caractères des Bulles Pontificales et des Diplomes Donnés en chaque Siècle; avec des éclaircissemens sur un nombre considerable de points d'Histoire, de Chronologie, de Littérature, de Critique & de Discipline; & la Réfutation de diverses accusations intentées contre beaucoup d'Archives célèbres, & sur-tout contre celles

des anciennes Eglises. Par deux Religieux Bénédictins de la Congrégation de S. Maur, Tome Sixieme, Terminé par la Table générale de tout l'Ouvrage. A Paris: Chez Guillaume Desprez, Imprimeur du Roi & du Clergé de France, 1765, VI.

[TASSIN, René Prosper]; [TOUSTAIN, Charles François]. **Methode de Diplomatique ou Règles Générales et particulières pour discerner les vrais, et faux titres.** Par deux Religieux Benedictins de la Congregation de S. Maur. A Lisbonne: De L'imprimerie Royale, 1773.

TEYSSIER, Paul (1986): Normes pour une édition critique des œuvres de Gil Vicente. In: **Critique Textuelle Portugaise: Actes du Colloque.** Paris: Fondation Calouste Gulbenkian; Centre Culturel Portugais, 1986, p. 123-130.

VAINES, [Jean-François de]. **Dictionnaire raisonne de Diplomatique:** contenant les regles principales & essentielles pour servir à déchiffrer les anciens Titres, Diplomes & Monuments, ainsi qu'à justifier de leur date & de leur authenticité, on y a joint Des Planches rédigées aussi par ordre alphabétique & revues avec le plus grand soin, avec des explications à chacune, pour aider également à connoître les caractères & écritures des différents âges & de différentes nations. Par Dom De Vaines, Religieux Bénédictin de la Congrégation de S. Maur, Tome premier. A Paris: Chez Lacombe, Libraire. [Tome second, com as mesmas referências bibliográficas], 1774, I/II.

WEISS, [Charles]; ANONYME. Mabillon (Jean). In: MICHAUD, Louis-Gabriel (ed.). **Biographie universelle, ancienne et moderne, ou Histoire, par ordre alphabétique, de la vie publique et privée de tous les hommes qui se sont fait remarquer par leurs écrits, leurs actions, leurs talents, leurs vertus ou leurs crimes.** Tome vingt-cinquième. Paris; Leipzig: A. Thoissner Desplaces; Librairie de F. A. Brockhaus, 1843. p. 581-584.